



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I  
CENTRO EDUCAÇÃO – CEDUC  
DEPARTAMENTO EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**EDJANE OLIVEIRA SANTOS**

**DIVERSIDADE RESPEITANDO AS DIFERENÇAS: UMA ANÁLISE DO ESTÁGIO  
SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**CAMPINA GRANDE  
2021**

EDJANE OLIVEIRA SANTOS

**DIVERSIDADE RESPEITANDO AS DIFERENÇAS: UMA ANÁLISE DO ESTÁGIO  
SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação /Departamento do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Graduada em Pedagogia.

**Orientador:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lenilda Cordeiro de Macêdo

**CAMPINA GRANDE  
2021**

S237d Santos, Edjane Oliveira.

Diversidade respeitando as diferenças [manuscrito] : uma análise do estágio supervisionado na educação infantil / Edjane Oliveira Santos. - 2021.

31 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2021.

"Orientação : Profa. Dra. Lenilda Cordeiro de Macêdo, Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."

1. Educação infantil. 2. Educação étnico-racial. 3. Diversidade. 4. Prática pedagógica. I. Título

21. ed. CDD 372

EDJANE OLIVEIRA SANTOS

**DIVERSIDADE RESPEITANDO AS DIFERENÇAS: UMA ANÁLISE DO ESTÁGIO  
SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)  
apresentado à Coordenação /Departamento do  
Curso de Pedagogia da Universidade Estadual  
da Paraíba, como requisito parcial à obtenção  
do título de Graduada em Pedagogia.

Área de concentração: Educação.

Aprovada em: 21/04/2021.

**BANCA EXAMINADORA**



---

Profa. Dra. Lenilda Cordeiro de Macêdo  
(Orientadora)  
Universidade estadual da Paraíba (UEPB)



---

Prof. Dra. Margareth Maria de Melo  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Profª. Dra. Soraya Brandão  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>5</b>
<b>2</b>	<b>INFÂNCIA, CRIANÇA E EDUCAÇÃO INFANTIL .....</b>	<b>6</b>
<b>2.1</b>	<b>Educação infantil: contextualização histórica .....</b>	<b>7</b>
<b>3</b>	<b>CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL DAS CRIANÇAS. NA EDUCAÇÃO INFANTIL .....</b>	<b>9</b>
<b>3.1</b>	<b>Diretrizes e Base Nacional Comum Curricular na educação infantil.....</b>	<b>12</b>
<b>3.2</b>	<b>A prática pedagógica na educação infantil na perspectiva étnico- racial.....</b>	<b>13</b>
<b>3.3</b>	<b>Formação e identidade da professora da educação infantil.....</b>	<b>14</b>
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA E PROCEDIMENTO DE PESQUISA.....</b>	<b>15</b>
<b>5</b>	<b>CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO DE ESTÁGIO.....</b>	<b>15</b>
<b>6</b>	<b>DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO PROJETO DE INTERVENÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>25</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>26</b>

## **DIVERSIDADE RESPEITANDO AS DIFERENÇAS: UMA ANÁLISE DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

### **DIVERSITY RESPECTING DIFFERENCES: AN ANALYSIS OF THE SUPERVISED INTERNSHIP IN KINDERGARTEN EDUCATION**

Edjane Oliveira Santos <sup>1</sup>

#### **RESUMO**

É na primeira Infância, sobretudo a primeira infância de (0 à 6 anos), a fase que se inicia o processo de construção da identidade da criança, o que torna ainda mais imprescindível possibilitar que as crianças construam representações positivas sobre suas identidades, sobretudo para as crianças que ingressam na Educação Infantil com estigmas, vivenciando situações de racismo e discriminação, em virtude de sua cor de pele, cabelo, religião, de alguma deficiência física, dentre outras questões, que, lamentavelmente, ainda fazem parte da nossa sociedade, claramente racista e excludente. Neste texto buscamos analisar o Estágio Supervisionado em Educação Infantil, refletir sobre a prática pedagógica na Educação Infantil, reconhecer e reafirmar a importância de realizar práticas pedagógicas, desde a Educação Infantil voltadas para Educação Étnico-racial e discutir e analisar a proposta do Projeto de Intervenção que foi desenvolvida, sendo essa realizada em uma instituição pública no município de Campina Grande, cujo foco do Projeto de Intervenção foi à diversidade, no qual destacamos a educação étnico-racial. Buscamos nos inspirar na abordagem da pesquisa-ação, analisando nossa prática nos estágios supervisionados III e IV. Nossa intervenção foi baseada no projeto Diversidade: Respeitando as diferenças, sendo esse criado para atender as necessidades observadas na creche durante o estágio de observação. Concluímos que as crianças, como atores sociais produtores e produtos da cultura são capazes de transformar, desconstruir e reproduzir culturas, comportamentos, atitudes. Enquanto cidadãs ativas e pensantes, desde que sejam educadas/ensinadas, podem reformular pensamentos, atitudes e ações no meio social, através das interações com seus pares e adultos com os quais convivem. Neste sentido, a mudança de atitude, com relação ao racismo e, demais preconceitos vigentes na sociedade pode acontecer a partir de propostas e práticas curriculares nas instituições de educação infantil, que têm um papel fundamental na perspectiva da educação inclusiva. Desse modo, podemos compreender que as discussões, conflitos e as relações que acontecem na Educação Infantil são de extrema importância, pois é a partir dessas situações e interações que ocorrem nas salas de referência que a professora pode/ deve problematizar, construir diálogos com o grupo, visando a construção conhecimentos pautados na valorização das diferenças, a partir das vivências nas rotinas das instituições de Educação Infantil.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Educação Étnico-Racial. Diversidade. Práticas Pedagógicas.

---

<sup>1</sup>Graduanda de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba.  
E-mail: edjaneoliveiras12@gmail.com

## ABSTRACT

It is in early childhood, especially the first one (0 to 6 years old), that begins the process of construction of the child's identity, which makes it even more essential to enable children to build positive representations about their identities especially for children who enter Early Childhood Education with stigmas, experiencing situations of racism and discrimination that unfortunately still part of our society, evidently racist and excluding. This research/work sought to analyze the Supervised Internship in kindergarten, reflecting on the pedagogical practice in Early Childhood Education, recognizing and reaffirming the importance of carrying out pedagogical practices from Early Childhood Education aimed at Ethnic-racial Education and to discuss and analyze the Intervention Project proposal that was developed, being held in a public institution in the city of Campina Grande, whose focus of the Intervention Project was diversity, in which we highlight the ethnic-racial education. We seek to be inspired by the approach of action research, analyzing our practice in supervised stages III and IV. Our intervention was based on the project Diversity: Respecting differences, being this created to meet the needs observed in the day care center during the observation internship. We conclude that children, as social actors, producers and products of culture are capable of transforming, deconstructing and reproducing cultures, behaviors, attitudes as active and thinking citizens, as long as they are educated/taught, can reformulate thoughts, attitudes and actions in the social environment, through interactions with their peers and adults with whom they live. In this sense, the change in attitude, in relation to racism and other prejudices in the society can happen from curricular proposals and practices in institutions of early childhood education, which has a fundamental role in the perspective of inclusive education.

Keywords: Early Childhood Education. Ethnic-Racial Education. Diversity. Pedagogical Practices.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo trata-se da análise de uma experiência pessoal no Estágio Supervisionado na Educação Infantil a partir do desenvolvimento do Projeto de Intervenção Diversidade: Respeitando as Diferenças. Entendemos que a educação étnico-racial é necessária fazer parte dos currículos, desde a Educação Infantil, uma vez que, 56% da população brasileira é composta por pessoas negras, sabendo que o racismo no Brasil é estrutural, portanto é necessário desde a Educação Infantil possibilitar que as crianças aprendam a valorizar e respeitar a diversidade racial, étnica, de gênero, dentre outras e que possam construir suas identidades afirmando-se como pessoas negras, brancas, pardas, amarelas sem que sofram na pele práticas e atitudes racistas. Ademais sociedade brasileira é plural, suas raízes étnicas e culturais são diversas sendo pertinente refletir sobre as práticas na Educação Infantil compreendendo-a como a primeira etapa da educação básica.

O estudo foi desenvolvido a partir dos Estágios Supervisionados III e IV e os componentes de Educação Infantil I e II. Esses foram de suma importância para aliar teoria e à prática, pois foi com base nas teorias estudadas e nas experiências vividas nos estágios que conseguimos compreender com mais clareza a transcendência de uma abordagem para a educação étnico-racial na Educação Infantil. Sendo assim, os objetivos principais desse trabalho é analisar o Estágio Supervisionado na Educação Infantil numa Creche Municipal de Campina grande, refletir sobre a prática pedagógica na Educação Infantil, reconhecer e reafirmar a importância de se desenvolver práticas para a educação étnico-racial na Educação Infantil, discutir e analisar a proposta do Projeto de Intervenção.

Os Campos de Estágios são etapas que possuem bastante relevância no processo de formação inicial dos estudantes do Curso de Pedagogia, pois nos coloca diante da realidade, para que seja possível uma articulação com a teoria estudada e, assim podermos refletir sobre a prática pedagógica na Educação Infantil. Desta forma, também é propiciada uma imersão no contexto de fato, possibilitando, não apenas uma melhor compreensão do funcionamento, o que envolve todas as estruturas físicas e dinâmicas operativas, mas também e, fundamentalmente uma reflexão sobre a prática dos docentes observa

Através de estudos bibliográficos e tomando como procedimentos metodológicos uma abordagem qualitativa nos inspiramos na pesquisa ação segundo o autor Tripp (2005), visto que estamos analisando a nossa prática pedagógica nos estágios III e IV, os quais foram realizados em instituições de educação infantil.

Este texto está estruturado da seguinte forma: no capítulo primeiro descrevemos reflexões sobre a construção histórica da Educação Infantil, as principais mudanças que ocorreram diante das transformações sociais, que emergiram para outro conceito de criança e infância e como surgiram as primeiras creches e escolas infantis. Utilizamos como suporte as contribuições de alguns autores a exemplo de Wilhelm August Fröbel (1782-1852) Maria Montessori (1870- 1952) e Célestin Freinet (1896-1966), que foram tão importantes para construirmos um novo olhar sobre a docência, criança e prática na Educação Infantil. No segundo capítulo contextualizamos a construção da identidade étnico-racial da criança na Educação Infantil, a partir das interações que ocorrem no contexto escolar é normal que dentro desses espaços ocorram situações e questionamentos sobre sua própria história. Para uma análise mais consistente descrevemos as Leis que contribuíram para o ensino da educação étnico-racial, as quais são utilizadas como instrumento de combate ao racismo, discriminação e apoio a reparação. Também abordamos os documentos que norteiam as perspectivas curriculares para a Educação Infantil da atualidade e, na perspectiva da educação étnico-racial. Nesse contexto a professora tem um papel primordial para desenvolver momentos de construção de conhecimento, o que nos leva a uma discussão a formação e a identidade dessa profissional que é tratada ao final do capítulo.

No terceiro e último capítulo explicitamos a metodologia e os procedimentos de pesquisa, contextualizamos o campo de estágio e, por fim, descrevemos e analisamos a nossa atuação, como docente em formação, do estágio de intervenção que foi desenvolvidas na instituição a partir do projeto Diversidade: Respeitando as Diferenças.

## **2 INFÂNCIA, CRIANÇA E EDUCAÇÃO INFANTIL**

A representatividade e a expressiva dedicação de alguns pensadores que desenvolveram estudos voltados para a educação da criança foram primordiais nos últimos séculos, pois, foi a partir desses estudos e pesquisas sobre a educação, nessa etapa da vida, que foram pensados currículos, metodologias, espaços e materiais adequados a educação da infância. Desde Jean Jacques Rousseau (1712-1778) a infância passou a ser vista como um tempo de passagem, sendo esse, o momento específico na vida do homem, a criança como um ser singular e centro do processo educativo. Além de Rousseau (1999), segundo Fragelli e Cardoso (2011), Friedrich Wilhelm August Fröbel (1782-1852), educador progressista, defende que, cada criança tem a capacidade de se desenvolver, pois possui características próprias que precisam ser estimuladas fazendo com que seja aflorado o que ela tem de melhor. Para que isso ocorra é necessário organizar um ambiente propício ao desenvolvimento das mesmas. Ademais, ao realizar atividades livres ou direcionadas a criança desenvolverá a sua autonomia e confiança podendo evidenciar suas expressões no coletivo e no individual.

Froebel denominado o “pedagogo da infância”, influenciado pelo liberalismo e nacionalismo de seu tempo, criou os primeiros Kinder Gardens, ou jardins de infância.

Para ele, todos guardamos dentro de nós a semente do que poderemos ser e a educação precisa oferecer condições para que isso ocorra. Condições para manifestar nossas expressões, necessidades e desejos individuais. (FRAGELLI; CARDOSO, 2011, p. 58)

Maria Montessori (1870- 1952), também foi uma grande influenciadora da educação da infância, a mesma defendia a estimulação do desenvolvimento livre da criança, que acontecia em espaços nos quais as crianças pudessem explorar. Estando em constante processo de mudança e visando estabelecer um olhar pedagógico sobre todas as práticas educacionais relacionadas ao ambiente, que, até então, não eram consideradas relevantes para o desenvolvimento da criança, Montessori também se preocupou com a adaptação dos brinquedos e dos móveis escolares quanto aos seus tamanhos, para que assim, as crianças pudessem explorar de forma mais autônoma. Para Fragelli e Cardoso (2011, p.61) “Montessori acreditava no ensino intuitivo e, por isso, preocupava-se com a educação das sensações para que a inteligência ocorra”. Contudo, Montessori priorizava no ambiente escolar o silêncio, mesmo assim, não abria mão da liberdade de expressão.

Outro pensador que foi bastante significativo para a Educação Infantil, foi Célestin Freinet (1896-1966) para ele, a criança era a esperança, a transformação de uma sociedade, ele defendia a liberdade de falar da criança, suas expressões e opiniões colocando-a em papel de protagonista e atuante na educação. De acordo com Fragelli, Cardoso (2011, p. 63), Célestin Freinet criou o “[...] quadro chamado jornal de parede, no qual podem ser expressas as opiniões das crianças sobre as atividades realizadas no dia, de acordo com as categorias: eu crítico, eu proponho e eu felicito”. É importante destacar que ele criou possibilidades para tais expressões, dando sentido às atividades, baseadas na voz da criança, exercitando o seu pensar e repensar.

Campos de estudos recentes, como a Sociologia da Infância Abramowicz, Oliveira (2010), ampliam a visão moderna sobre a infância ao tratarem-na como uma construção social e da criança como um sujeito social, que produz e é reproduzido pela cultura. Documentos, a exemplo do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998) reafirmam a concepção de criança como sujeito social e histórico, produto e produtor de culturas. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil Dcnei (2010) a criança é:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2010. p.12)

A criança precisa ser vista como um ser integral e, ao mesmo tempo, a sua singularidade. Essas singularidades independem de tempo e lugar, a sua aprendizagem cultural ocorre junto à sociedade, que também se transforma, pois, a criança, também assume um papel de transformar a sociedade, ao mesmo tempo em que ela se modifica, Macêdo (2014). Partindo do seu primeiro contato, que é a família a criança tem seu primeiro registro cultural, sendo esse a sua principal referência e, é através do contato com outras instituições que se amplia a produção e reprodução de saberes/culturas, criam ideias, se comunicam, se desenvolvem, aprendem e ensinam, utilizam-se da imaginação através das brincadeiras. As produções das culturas infantis ocorrem entre si, ou seja, em contato entre as próprias crianças e, entre os adultos e não de forma isolada, partindo sempre das interações.

## **2.1 Educação infantil: contextualização histórica**

A Educação Infantil, ao longo da história passou por diversas mudanças assumindo diversas roupagens, sobretudo nos questionamentos sobre a preparação para o Ensino

Fundamental, sobre as práticas e metodologias. De acordo com Fragelli, Cardoso (2011, p. 57), “Inicialmente, o cuidado e a educação da criança pequena foi assumido, apenas pela família como algo natural, até que a criança se tornasse, de certa forma, independente”. Com o acesso das mulheres ao mercado de trabalho as instituições educacionais foram obrigadas a se adaptar a uma nova realidade social, que tentava, por sua vez, solucionar os problemas, isto porque, com a entrada das mulheres no mercado de trabalho as crianças precisavam de um ambiente coletivo para serem cuidadas e educadas. Para tentar resguardar a integridade física da criança foi preciso tomar outras medidas frente às transformações sociais e econômicas. A partir dessas mudanças e, através do avanço do conhecimento científico, em relação ao desenvolvimento e a educação das crianças, surgiu um campo de estudo voltado especificamente para a educação da primeira infância, a Educação Infantil. Foi apenas com a Constituição de 1988, que as crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos passaram a ter direito à Educação Infantil. É preciso destacar que foram necessárias muitas lutas, dentre as quais estão os movimentos comunitários, feministas e sindicais.

No Brasil, a Educação Infantil vem ganhando seu espaço, em um processo que tem se ampliado nas últimas décadas, pois, quando falamos em creche ou pré-escola há ainda certa resistência por parte da sociedade, uma descrença em sua importância, no tocante a aceitação como lugar de aprendizagem e desenvolvimento, ou até mesmo, como lugar seguro. Partindo dessa afirmação é notório perceber que há um estigma sobre as instituições de educação infantil, sobretudo na creche.

A criação das primeiras creches foi destinada à atender as demandas sociais da época, sendo elas para o atendimento das camadas mais pobres da população e, também, crianças abandonadas. As primeiras creches/asilos para menores tinham como função principal o assistencialismo, ou seja, a única função da instituição era o cuidar, garantir que o problema da sociedade da época fosse solucionado. De acordo com Fragelli, Cardoso (2011, p.65), “As primeiras escolas infantis foram criadas como solução para problemas de maus-tratos e abandono, pelos quais as crianças passavam”. Contudo, é importante ressaltar, que não era exigida formação para os profissionais que fossem atuar nestas instituições, sobretudo porque não tinha, até então, uma preocupação com o desenvolvimento integral das crianças, mas um interesse, por parte da elite social e do Estado em controlar/dominar/educar a classe pobre, que de certa forma, servia como um investimento. Havia sim, uma perspectiva de educação, mas voltada para a subserviência. Portanto, a educação não era um direito das crianças da classe trabalhadora.

Na sociedade capitalista em ascensão as crianças eram consideradas como mão de obra futura, sendo elas preparadas para atender as demandas advindas do capitalismo. Esses períodos de grandes transformações, sobretudo social, cultural e econômicas, tornaram-se o ponto de partida para as mudanças que ocorreram na educação voltada para as crianças de 0 a 6 anos, como indica Macêdo e Dias (2012, p.3273), “A ampliação da classe média, a crescente urbanização e o surgimento de um proletariado industrial oriundo da zona rural são marcos importantes na nova configuração da sociedade”. Com o acesso das crianças mais pobres à educação, novos problemas irão surgir. Entretanto, é pertinente pontuar que a preocupação com a criação e expansão de creches e pré-escola não ocorre voluntariamente como ato de bondade, mas como uma medida preventiva.

Quanto à pré-escola, a partir dos anos 60/70 passou a ter um caráter compensatório e preparatório. Como o nome pressupõe, passou a ser vista como uma forma de compensar a situação de fracasso escolar das crianças do Ensino Fundamental, sobretudo da primeira série, na qual havia um alto índice de reprovação/evasão. Essa política visava equilibrar lados que não estão iguais visando amenizar algumas deficiências intelectuais, culturais e afetivas das crianças. Para o Estado esse fracasso ocorria, porque quando as crianças mais pobres chegavam à escola elas possuíam inúmeras desvantagens. O impacto da falta de escolarização e o

analfabetismo, que grassava naquela época, refletiam em suas aprendizagens, neste sentido a educação compensatória era uma tentativa de despertar o interesse, evitar a evasão escolar e a reprovação na pré-escola.

A preparação para o ensino fundamental foi, por muito tempo, o único critério da pré-escola e continua sendo em muitas políticas atuais. Essa antiga denominação, pré-escola, tinha em sua própria conotação um sentido de prévia do que seria o ensino de verdade. O ensino não considerava o interesse da criança, a única preocupação, além do assistencialismo era o de tornar as crianças capazes de aprender/se alfabetizar quando chegassem ao Ensino Fundamental. Entretanto, nas últimas décadas, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96, o alinhamento de práticas voltadas a indissociabilidade do cuidar/educar vem ganhando espaço. As creches e pré-escolas, na atualidade, têm o objetivo de desenvolver, integralmente as crianças, em seus aspectos afetivo, cognitivo, social e físico, nesse contexto o cuidar e o educar permanecem alinhados nas práticas educacionais.

### **3 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL DAS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

O termo identidade faz referência às diferenças que cada pessoa possui particularidades que podem ser percebidas através das características físicas, sociais ou através do modo de vida pessoal. Baseado no Referencial Curricular para a Educação Infantil, (BRASIL, 1998), a construção da identidade acontece através das interações sociais, em um processo que, por vezes, a criança poderá utilizar possibilidades das quais observa, imita ou diferencia e, gradativamente vai sendo construída. Entender que existem semelhanças e diferenças em suas características físicas e emocionais, tais como o seu próprio agir e o de outras pessoas é o começo para que a criança construa sua identidade.

Reconhecer a identidade étnico-racial é compreendermos a nossa própria história, quem somos? O que fazemos? O que representamos? É qual a nossa importância na formação da nossa sociedade, da cultura? Sendo essa compreensão de cunho social, histórico, econômico e político. Baseando-nos nessas concepções é importante ressaltar, que se apropriar da identidade étnico-racial é encontrar respostas que podem se esconder através de preconceitos, discriminação e rotulação, sobretudo para as crianças que estão em desenvolvimento social, cultural e cognitivo.

O termo etnia é originário de *ethnikos*, do grego, utilizado para designar povo ou nação. Contemporaneamente, ainda conserva seu sentido básico, pois se refere a grupos que têm um determinado grau de consciência e solidariedade, constituído por pessoas conscientes de terem origens e interesses comuns. É um termo utilizado para englobar diferentes respostas de vários tipos de grupo. (LIMA. 2011. p, 143).

A etnia tem um campo muito amplo a ser estudado, pois a diversidade e pluralidade de povos/nações e culturas são imensas. Quanto à palavra raça, refere-se ao período histórico que consideravam várias raças e a ressignificação dada pela luta Movimento Negro de cunho político e de denúncia contra o racismo. Para Lima (2011, p. 144), “Não se pode ignorar que “raça”, como construto social continua mediando a ideologia do racismo, persistente no pensamento imaginário e nas relações sociais”.

A Constituição de 1988 garante um Estado democrático de direito, enfatizando a cidadania e a dignidade humana como valores universais, sendo esse o ano em que se reconheceu pela primeira vez a existência do racismo no país, todavia foi a partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva que foram constituídas políticas públicas com potencial para promover transformações sociais, incluindo-se o compromisso de acabar com as desigualdades raciais, contudo as mudanças que aconteceram foram resultados de muitas lutas através do

Movimento Negro. Entendendo a Educação como um dos principais mecanismos de transformações, foi no ano de 2003 que o houve a alteração da Lei 9.394/96 (LDB) para a Lei 10.639/03 na qual foram incluídos os seguintes artigos 26-A e 79-B. O Art. 26-A possui a seguinte redação: passa a ser obrigatório o ensino sobre História e cultura Afro-Brasileira e Africana, no § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil, no §2º decreta-se que os conteúdos sobre História e Cultura Afro-Brasileira devem ser ministrados em todo o currículo escolar destacando as áreas da Educação Artística, Literatura e História brasileiras. O artigo 79-B inclui o dia 20 de novembro no Calendário escolar como Dia Nacional da Consciência Negra. No ano de 2008 foi sancionada a Lei 11. 645/08 que amplia a temática dos povos indígenas no Brasil, suas contribuições. Infelizmente a cultura dos povos Indígenas ainda são vistas como singular e estereotipadas deturpando por vezes a importância desses povos que tanto contribuíram para a construção da sociedade brasileira. Souza (2019, p. 327), afirma que “Conviver com experiências de diversos grupos culturais e étnicos é um caminho de conhecimento da riqueza e da heterogeneidade”. Com isso, não se trata de homogeneizar, mas, valorizar as diferenças, reconhecendo a importância de diferentes grupos. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2004, p. 11) “Políticas de reparações voltadas para educação dos negros devem oferecer garantias a essa população de ingresso, permanência e sucesso na educação escolar, de valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro” [...]. É importante considerar que, quando se fala em políticas de reparações, entende-se que, de alguma maneira há uma preocupação em se corrigir aquilo que de direito foi negado ou tirado, que aconteceu em outro momento, ou que ainda acontece.

A própria construção da história do Brasil foi pautada na exclusão. Nos documentos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNs) homologada em 18 de maio de 2004 destaca-se que o decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, estabelecia que nas escolas públicas do país não fossem admitidos escravos. Romper com esses erros é tentar recuperar e promover condições de igualdade nos exercícios de direitos sociais, políticos e econômicos. Pois, tudo o que é advindo de preconceitos, de submissão, de discriminação, de exclusão social, na qual se perpetua por um longo período, se estabelece e se cria uma negação para todos, de não pertencimento e do não reconhecimento social. Essa negação, por parte da sociedade, estabelece uma barreira de reflexões críticas sobre esse tema. Aceitar e assumir que o Brasil ainda é um país racista é o primeiro passo para romper com essa herança que ainda mata, fere, desqualifica e deixa inúmeras seqüelas, pois não se pode debater ou solucionar o que não existe, segundo o imaginário social.

Reconhecer exige a valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, à sua cultura histórica. Significa buscar, compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto, sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana. (BRASIL, 2004, p.12)

O Brasil é um país multicultural, sendo assim é essencial que as reflexões façam parte das práticas educacionais. O documento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira (BRASIL, 2004) foi criado para atender as demandas na área da educação, com o intuito de fortalecer e valorizar a educação étnico-racial, trazendo políticas públicas que garantam direitos e qualidade de vida

aos negros. Garantir a participação na construção da história é demonstrar, é valorizar a cultura, o povo e a sua própria existência. As discussões e reflexões sobre a identidade étnico-racial nas práticas pedagógicas é um tema que tem grande relevância, pois essa temática faz parte da vida das crianças, sobretudo, pelo agravamento da violência, das relações sociais e suas complexidades.

As crianças ao nascer são seres livres de preconceitos, não fazem distinções, têm curiosidade para aprender o novo e as escolas possuem um papel de extrema importância na formação da identidade cidadã e cultural. De acordo com Faria e Finco (2011) as crianças são sujeitos sociais, capazes de produzir mudanças nos sistemas, nos quais estão inseridas, ou seja, as forças políticas, sociais e econômicas influenciam suas vidas, ao mesmo tempo em que as crianças influenciam o cenário social, político e cultural.

Para que essa transformação social aconteça de fato, as instituições educacionais devem oferecer alternativas e ambientes que contribuam para a valorização das diferenças e o respeito ao outro.

Como descreve Lima (2011, p. 148) “As práticas escolares constituem o conjunto de ações e relações que se processam no cotidiano escolar: são fazeres e saberes cotidianos que superam a dicotomia objetivo/subjetivo, certo/errado e social/individual”. Desse modo, podemos compreender que as discussões, conflitos e as relações que acontecem na Educação Infantil são de extrema importância, pois é a partir dessas situações e interações que ocorrem nas salas de experiências que a professora constrói diálogos com o grupo, visando a construção conhecimentos pautados na valorização das diferenças, a partir das vivências nas rotinas existentes na Educação Infantil.

As práticas pedagógicas desenvolvidas com projetos e literaturas relacionados à questão étnico-racial estão ganhando cada vez mais força, entretanto as ações dos profissionais devem estar ligadas a qual pretensão/objetivo tem com essas atividades, pois, em geral revela-se no dia-a-dia um preconceito velado, através das posturas adotadas por algumas professoras, que muitas das vezes não tem a intencionalidade de tal conduta, pois é tão recorrente, que se torna algo natural, estrutural e estruturante.

Esses estudos compõem uma parcela do que as pesquisas sobre afrodescendentes têm iniciado: a existência de um rico conjunto de repertórios culturais afro-brasileiros silenciados, negados e ignorados na educação escolar dos diversos estados brasileiros, práticas que têm sustentado a cultura do racismo e dificultado o desenvolvimento educacional e social dos afro-brasileiros. (LIMA, 2011, p. 148).

As culturas afro-brasileiras apresentam inúmeras possibilidades de práticas pedagógicas, sobretudo daquelas que são advindas do cotidiano. Entretanto, as mediações dos profissionais de educação devem ser concernentes com as ações, apresentando essa cultura como positiva, tornando em seu meio a valorização das diferenças, através das experiências concretas que podem e devem fazer parte dessa prática. A maneira pela qual a professora aborda as questões das identidades étnico-raciais em sala de aula é muito importante, pois segundo Lima (2011, p.146), “falar sobre a relação das identidades étnico-raciais com os preconceitos na escola implica contextualizar a vivência das crianças em interação com seus pares e adultos, com situações e materiais”. Situações essas que, podem ser oriundas da família, amigos e, por que não dizer, da escola, uma vez que cada criança ao chegar às instituições educacionais traz consigo experiências, cada uma possui suas particularidades e estão sujeitas a conflitos, de um lado, a sua primeira convivência (família), do outro a escola (colegas, professoras e funcionários), surgirão pensamentos negativos das crianças, sobre sua identidade étnica, de gênero, dentre outras, em meio a essas duas instâncias. A família costuma internalizar pensamentos nas crianças sobre o que é “certo ou errado” como forma de perpetuar atos e costumes tomados como verdade, um exemplo disso é a negação da sua raça/cor.

No Brasil, as pessoas têm dificuldades de declarar sua raça/cor, o que gera uma situação complexa e conflituosa entre elas. Quem nunca teve um amigo ou conhecido que, ao se apresentar, diz ser descendente de alemães, italianos, portugueses e etc.? Entretanto percebe-se que, entre afro-brasileiros, isso não acontece, eles não falam “eu sou descendente de africanos. (SILVA, 2011, p.132)

Tal negação pode ter explicações viáveis, o preconceito sobre a cor negra e seu estigma podem ser as primeiras respostas para tal feito. Sobretudo, porque a situação do negro no Brasil só ratifica o sofrimento, a tortura, a inferioridade, a submissão. Outra questão é sobre a pluralidade cultural. Assumir as suas origens, sobretudo as que vêm por muitos anos sendo evidenciadas de maneiras pejorativas e excludentes fazem a diferença para a quebra de tabu e para a reconstrução da sociedade, especialmente, quando se trata de preconceitos que, para muitos, não significam nada, até mesmo para os próprios excluídos, que já internalizaram o não reconhecimento das suas origens e a negação de pertencimento. De acordo com Lima (2011, p. 145) “sendo as identidades afro-brasileiras relacionadas não só ao conhecimento, mas também ao reconhecimento social, podem ser considerados elementos políticos e históricos [...]”, reconhecer, portanto é se encontrar diante da pluralidade, termo esse que é designado para caracterizar uma sociedade que possui várias culturas, costumes, modos de vida. Valorizar as diferenças é essencial para que possam ser eliminados pensamentos que foram herdados de intolerância, discriminação e que é tão excludente.

### **3.1 Diretrizes e Base Nacional Comum Curricular na educação infantil**

No Brasil, o objetivo da Educação Infantil é contemplado no documento da LDB/96, art. 29, no qual é destacado como primeira etapa da educação básica, que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, contemplando a ação da família e da comunidade. Sendo assim, a Educação Infantil é uma ação conjunta entre o Estado e a família. Ainda, segundo esta Lei a educação infantil será oferecida em: I- creches para crianças de 0 (zero) até 3 (três) e II- pré-escolas, para crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos. O Estado tem como obrigação a oferta deste serviço e a criança deve ter o seu direito garantido.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) destaca-se que as propostas pedagógicas da Educação Infantil devem fomentar a diversidade, a valorização das diferenças, o respeito à cultura afro-brasileira e africana. A criança tem seu direito garantido a sua integridade física, social e cultural. As DCNEI (BRASIL, 2010) pontuam que ela deve ter a proteção sobre os aspectos de violência física, que é caracterizado por puxões, empurrões, beliscões, tapas socos, dentre outros, ou simbólica, que está ligada a violência que afeta o emocional e a moral da criança.

Na Base Nacional Comum Curricular, BNCC (BRASIL, 2017), no Campo de Experiência “O eu o outro e o nós” destaca-se a importância das interações, porque é a partir desse meio que as crianças irão se encontrar no mundo e descobrir as diferenças, a criança vai conseguir enxergar a si mesma e ao outro. É com essas experiências que a construção da autonomia vai se encaminhando, num processo gradual. Os direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil, que a BNCC (BRASIL, 2017) destaca é o direito a conviver, que permite criar relações com seus pares e com os adultos, o respeito às diferentes culturas e a utilização de diversas linguagens; Brincar que estimula à imaginação, o emocional, a criatividade, o desenvolvimento psicomotor; a participação, que trabalha a autonomia da criança a torna ativa na construção do conhecimento; explorar que permite a desvendar os diversos sons, movimentos, gestos e se apropriar de saberes culturais; expressar, além de a

criança conseguir se posicionar através do diálogo ela também cria possibilidades de fazer descobertas de conhecimentos, pois ela estará segura para questionamentos e, por último conhecer-se, é através desse direito que a criança vai, gradualmente construindo sua identidade, se enxergando de forma positiva frente às interações.

Importante afirmar que a prática pedagógica na Educação Infantil deve promover o desenvolvimento integral das crianças levando em consideração a faixa etária e suas especificidades, assegurando-lhes o direito de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, conforme apontado pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017), documento normativo que objetiva nortear as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil e as práticas pedagógicas das professoras. Esse documento tem muita importância, pois através dele é possível realizar práticas pedagógicas que possibilitem o desenvolvimento integral da criança garantindo condições necessárias para a sua aprendizagem e desenvolvimento levando em consideração os campos de experiências e os objetivos de aprendizagens.

Tendo em vista os eixos estruturantes das práticas pedagógicas e as competências gerais da Educação Básica propostas pela BNCC, seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento asseguram, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendem em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidam a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural. (BRASIL, 2017, p.37)

Os campos de experiências da BNCC (BRASIL, 2017), constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes. Quais são eles: O eu, o outro e o nós/ Corpo, gestos e movimentos/ Traços, sons, cores e formas/ Escuta, fala, pensamento e imaginação e Espaço, tempos, quantidades, relações e transformações. Utilizando as brincadeiras e as interações como eixos estruturantes a BNCC (BRASIL, 2017) descreve as aprendizagens através dos comportamentos, habilidades e conhecimentos, consideradas como objetos de aprendizagem e desenvolvimento. A Educação Infantil na BNCC é dividida em grupos de faixas etárias diferentes, com a definição dos objetivos para bebês (zero a 1 ano e 6 meses), para crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) e para crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses). Essa divisão permite que a professora construa suas práticas baseadas nas características e necessidades de cada criança, entretanto a BNCC (BRASIL, 2017) conceitua que não se pode utilizar essa divisão de maneira rigorosa, pois estamos tratando com ritmos diferentes de aprendizagem, que deverão ser levadas em consideração.

### **3.2 A prática pedagógica na educação infantil na perspectiva étnico-racial**

Pensar na prática pedagógica para a Educação Infantil é, antes de tudo, entender quais são as necessidades da criança enquanto cidadã, o que ela precisa para conhecer, viver e sentir durante o processo de construção de conhecimento. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil DCNEI (BRASIL, 2010) trazem a concepção de proposta pedagógica contemplando direitos para as crianças, garantindo oportunidades iguais, independentemente de classe, etnia, gênero ou posição social, que interajam com os pares e, também com adultos para o seu desenvolvimento cultural, social e político. As crianças, no dia a dia são repletas de imaginações e de fantasias, diante disto as professoras devem incentivar e permitir que as crianças desenvolvam essas experiências, respeitando a sua faixa etária, suas particularidades e valorizando as suas diferenças, refutando toda e qualquer manifestação de racismo e/ou preconceito de qualquer natureza, além de ajudar a construir identidades positivas de si e que

expressem seus valores culturais, étnicos e sociais. Segundo Lima (2011, p. 153) “Se a escola oferece à criança um ambiente que expresse o respeito e a valorização das características e referências ligadas aos diversos sujeitos do seu contexto, cumprirá seu papel de formação para a diversidade”. Problematizar e saber como problematizar uma educação antirracista é refletir sobre nossa prática, como ela está sendo realizada, se está fazendo efeito nas crianças, buscar uma educação pautada na democracia e no ser humano livre desconstruindo o racismo estrutural.

Na Educação Infantil é importante oferecer condições necessárias para que a imaginação, a criatividade e a criticidade da criança se desenvolvam. A utilização de literaturas, fábulas, que despertem sentimentos de autoestima, no sentido de valorização das identidades das crianças, sobretudo as negras, pardas e indígenas, as quais exploram características físicas como a cor da pele, do cabelo, das danças, as religiões de matrizes africanas, as brincadeiras, dentre outros elementos da cultura, devem ser experienciados pelas crianças. Contar histórias que retratam a cultura Afro-Brasileira e Africana é oportunizar as crianças se reconhecerem dentro de uma cultura de forma positiva, demonstrando o que se tem de melhor, pois esses são princípios que estão garantidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010, p. 21) “O reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas e afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação”.

Desenvolver atividades com a autoimagem da criança é uma proposta que enriquece a prática para a educação étnico-racial, o autorretrato, que é o desenho ou pintura de si mesmo, além de possibilitar que a criança reconheça seus valores, com a mediação da professora ela vai adquirir confiança e autonomia para se reconhecer como pertencente dentro da diversidade. Utilizar espelho em sala de aula, de forma permanente ou em momentos de brincadeiras é outra prática que deve ser trabalhada, pois ao mesmo tempo em que a criança se vê, ela também consegue compreender que as diferenças são inerentes aos seres humanos. Entretanto, além da prática a ser desenvolvida, a professora deve estar atenta a sua avaliação e, se necessário, reformular a prática, sempre que necessário.

O cuidado com os desdobramentos deste tipo de ação educativa faz-se particularmente necessário no caso de uma educação antirracista, uma vez que estão envolvidos, entre sua formulação e execução, além do aspecto estritamente pedagógico do ensino, atitudes, sentimentos, valores, crenças e a própria exposição do posicionamento de professores e crianças frente aos problemas concretos surgidos a partir da discussão do tema do racismo. (SILVA, DIAS. 2013, p. 84)

As ações para as práticas de combate ao racismo e a discriminação racial poderão ser construídas a partir da própria vivência das crianças. A representatividade traz para a criança confiança para demonstrar um sentimento de pertencimento, pois situações de exclusão poderão surgir com a negação na escolha de brinquedos, a não aceitação de ter determinado colega em brincadeiras ou em atividades livres ou direcionadas. Tudo isso são questionamentos que a professora terá como introdução para desenvolver atividades voltadas para a questão étnico-racial, contudo, a professora deve compreender que a criança não nasce com preconceitos, mas a própria sociedade a envereda para isso. Se desprender dessa herança é demonstrar para a criança que o bonito está no ser diferente. Precisa-se problematizar, no entanto, o que se deve reforçar nesse contexto é demonstrar o negro de forma diferente, o negro que luta, que resiste, que transforma.

Nas escolas, os estudantes interagem uns com os outros, que são diferentes deles ou de seu grupo de referência em função, entre outros aspectos, da cor, da sexualidade, da nacionalidade, do corpo, da classe socioeconômica. As dinâmicas que ocorrem entre grupos constituem-se fenômenos não redutíveis à soma dos indivíduos que o

compõem. E essa interação com o diferente, quando é problematizada, pode resultar em relações interpessoais pautadas por solidariedade, respeito e tolerância. (SILVA, DIAS, 2013. p. 83)

O que é demonstrado, geralmente são padrões de beleza, de cultura, de religião, do que se enquadram nos estereótipos construídos pela mídia e sociedade em geral. Essa padronização é entendida pelas crianças como o que é unicamente certo e bonito, fazendo com que elas neguem seus desejos, suas raízes e comecem a querer mudar tanto em seus aspectos físicos, como também no seu comportamento, buscando se encaixar nos estereótipos que lhe são apresentados. De acordo com Silva e Dias (2013, p. 81) “É muito comum que o estudante negro ou a estudante negra recuse-se a assumir a sua identidade negra”. Obviamente, ninguém vai querer está associado ao que é colocado como feio, ruim ou inferior. Compreendendo que essas experiências negativas ocorrem também na educação infantil a partir dos eixos de interações e brincadeiras é possível que a criança amplie suas experiências e convivências com as crianças que são colocadas como “diferentes” fazendo com que essas vivências sejam construídas baseadas no respeito, desde que haja uma intervenção/mediação da/das professoras.

### **3.3 Formação e identidade da professora da educação infantil**

As desigualdades para com os profissionais da Educação, sobretudo da Educação Infantil, ainda é uma realidade no nosso país, a desvalorização e a formação inadequada são características que ainda se fazem presentes, apesar de todos os avanços conquistados por essa categoria, já que antigamente para lecionar não era preciso ter nenhuma formação. Uma das condições exigidas para atuar na educação era o de exclusivamente ser mulher, critério esse que determinava e qualificava todos os atributos necessários para cuidar das crianças, fazendo referência a maternidade, com isso esperava-se que diante desse critério a professora pudesse exercer essa profissão de maneira satisfatória. Essa exigência para lecionar é algo que já foi rompido, entretanto, na atualidade essa formação na Educação Infantil ainda é regada de preconceitos de gênero para atuar nessa profissão, embora por vezes não seja explícito, é algo tendencioso que vem da própria cultura e da construção da sociedade.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil RCNEI (BRASIL, 1998) destaca que as funções destes profissionais vêm passando por reformulações profundas. Entretanto, as lacunas existentes na formação dessa categoria refletem diretamente na aprendizagem das crianças, pois o papel do educador é peça chave para assegurar o desenvolvimento integral da criança. É necessário destacar, que a professora da Educação Infantil, antes de tudo, deve gostar de ensinar crianças, pois é com esse público que ela irá desenvolver suas experiências e seus aprendizados, além de estabelecer laços afetivos que são criados entre eles. A formação de nível superior de licenciatura plena em pedagogia é o requisito mínimo exigido no currículo para que a professora possa lecionar na Educação Infantil. No curso superior o professor ou (a) terá seu contato com crianças de 0 (zero) a cinco anos, através do estágio supervisionado nas instituições públicas ou privadas, esse momento é de suma importância para despertar o interesse na educação infantil.

Este caráter polivalente demanda, por sua vez, uma formação bastante ampla do profissional que deve tornar-se, ele também, um aprendiz, refletindo constantemente sobre sua prática, debatendo com seus pares, dialogando com as famílias e a comunidade e buscando informações necessárias para o trabalho que desenvolve. São instrumentos essenciais para a reflexão sobre a prática direta com as crianças a observação, o registro, o planejamento e a avaliação. (BRASIL, 1998, p. 41)

Utilizar embasamentos teóricos nas práticas educacionais significa promover ações voltadas para as crianças, que permitam desenvolver as individualidades e o coletivo. De acordo

com Rogeri, Freitas e Sousa (2019, p. 287), “O Brasil, por ser um país multicultural, tem, portanto, as questões étnico-raciais imersas no universo escolar e devem fazer parte do trabalho pensado na escola”, O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil RCNEI (BRASIL, 1998) destaca, que é “Através das ações que devem ser planejadas e compartilhadas com seus pares e outros profissionais da instituição que é possível construir projetos educativos de qualidade, aliando família, criança e comunidade”. Ou seja, o trabalho da professora nunca será isolado, mas, deve ser em parceria com a família, conforme ressalta o artigo 29 da LDB/96.

As mudanças que ocorrem na sociedade refletem diretamente na maneira como a professora irá atuar em sala de aula, pois contribui para transformar suas práticas, criando possibilidades e fazendo novas descobertas. Para que esse desenvolvimento ocorra é necessário que a formação continuada esteja atrelada às demandas do coletivo, isto porque, não se pode pensar em formação visando atender apenas a professora ou a determinada criança, pois cada criança possui sua subjetividade. A formação continuada possibilita a reflexão sobre a prática a partir de documentos e literaturas acadêmicas da área e propicia o compartilhamento de experiências entre os pares, enfim, possibilita o pensar e o repensar sobre a prática, de forma coletiva.

O professor de Educação Infantil que não tem embasamento metodológico e teórico acerca da diversidade cultural brasileira, não consegue contemplar em seu fazer e refazer pedagógico a temática de maneira que seja referência às crianças e colabore com a compreensão de pertencimento. (ROGERI, FREITAS, SOUSA, 2019, p. 288)

A identidade da professora da Educação Infantil pode ser afetada pelos direcionamentos que serão atribuídos a ela, seja pela família, supervisores e instituição ou, até pelos colegas de trabalho, obviamente isso só ocorrerá em sua totalidade mediante a postura adotada pela profissional, individualmente. Os conflitos que surgirão, inevitavelmente contribuirão para a formação da identidade da professora, todavia não se pode dizer que tais relações serão finalizadas com concordância para todos, contudo a professora tem um papel fundamental para expor o que defende enquanto educador.

A identidade da professora da Educação Infantil é construída desde o início do processo de educação de nível superior, no qual será determinante para a reflexão de sua escolha, até a sua prática de fato. Uma formação inicial de qualidade possibilita o processo de construção da identidade da professora de Educação Infantil, embora seja preciso ressaltar, que essa construção, que é um processo, se dará também através da prática diária com as crianças nas instituições de Educação Infantil e através da formação continuada, como ressaltam Rogeri, Freitas e Sousa (2019, p. 289) “É na formação inicial e continuada que o professor desenvolverá uma prática pedagógica consistente que lhe dará condições para assumir compromisso ético e político na defesa por uma educação em torno das relações étnico-raciais”. A partir desse início de formação acadêmica é que a professora adotará um papel de construção de sua própria identidade enquanto educadora e transformadora, aliadas as formações continuadas que serão de extrema importância, pois é com base nelas que as construções e desconstruções de conhecimentos acontecerão. O curso de pedagogia desenvolve várias atividades de pesquisa e extensão, além de imergir reflexões e produções acadêmicas sobre os mais variados temas, que no decorrer de todo o curso a futura pedagoga ou (o) ampliará seus conhecimentos e conceitos na construção da formação identitária. Expressar essa amplitude de conhecimento requer da professora da Educação Infantil uma identidade própria, sabendo que ela irá trabalhar em uma escola que, obviamente, terá demandas a serem atendidas da gestão, da coordenação pedagógica, enfim, dos currículos prescritos. Todavia, ela poderá exercer sua autonomia, mesmo que relativa, no sentido de promover uma prática curricular pautada nas questões étnico-raciais, portanto, todo esse processo de formação e de prática é fundamental na construção de sua identidade profissional.

#### 4 OS PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Esse estudo constitui-se em uma análise do estágio de observação e intervenção em uma Creche Municipal de Campina Grande. Através dos Componentes Curriculares da Educação Infantil I e II realizamos estudos teóricos sobre a docência e a prática pedagógica na educação infantil, os quais nortearam a prática do Estágio Supervisionado III e IV. O estágio Supervisionado III foi de observação das turmas do berçário I, berçário II, maternal I, maternal II, Pré I e Pré II. O mesmo teve sua vigência no período de 17 de abril de 2018 a 16 de maio do corrente ano, com o total de 5 (cinco) visitas à instituição.

As idas à creche se deram no turno da tarde, das 13:00 às 17:00, totalizando 20 horas, que nos permitiu observar, tanto a parte estrutural da instituição, quanto o funcionamento de todas as turmas, desde o berçário até a pré-escola. O estágio IV foi o de intervenção, o qual ocorreu na turma do maternal II, entre os dias 06 de setembro de 2018 e 26 de outubro do mesmo ano, com uma carga horária total de 32 horas, ambos tiveram como Supervisão e Orientação a professora Dr<sup>a</sup>, Lenilda Cordeiro de Macêdo. O projeto de intervenção Diversidade: respeitando as Diferenças, foi desenvolvido com a participação dos estagiários, no qual vimos a necessidade de construir ações que atendessem as demandas que foram observadas, sobretudo aos comportamentos que infelizmente fortalecem a exclusão e não contribuem para a formação integral da criança.

A nossa metodologia se inspirou na pesquisa-ação, visto que analisamos a nossa prática no Estágio Supervisionado IV. “A pesquisa-ação educacional é principalmente uma estratégia para o desenvolvimento de professores e pesquisadores de modo que eles possam utilizar suas pesquisas para aprimorar seu ensino e, em decorrência, o aprendizado de seus alunos”. Tripp (2005, p. 445). A pesquisa-ação atende a uma demanda de ação, não apenas no ato da execução da prática de fato, pois, ao iniciar um processo de investigação teórica já inicia uma ação, só assim é possível conhecer as reais necessidades frente ao objeto de pesquisa.

A partir dos dados produzidos durante o processo de observação elaboramos um projeto de intervenção para desenvolver na creche. Assim, ocorreu a intervenção que, mesmo planejada e pensada, também foi repensada, pois, essa é uma necessidade que deve ser adotada nas práticas em sala de aula, pois, de acordo com Tripp (2005, p. 454) “A reflexão também é essencial para o planejamento eficaz, implementação e monitoramento e o ciclo termina com uma reflexão sobre o que sucedeu”. A reflexão acontecerá em todos os processos educacionais, que vai do início das reflexões teóricas até os seus desdobramentos.

#### 5 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO DE ESTÁGIO

Realizamos nosso Estágio em uma instituição de educação infantil pública da rede municipal de Campina Grande, PB no segundo semestre de 2019, o quadro abaixo demonstra a quantidade de crianças matriculadas, suas respectivas turmas e quantidade de professoras por turma.

**Quadro I**– Número de Crianças por Turma

<b>TURMA</b>	<b>FAIXA ETÁRIA</b>	<b>HORÁRIO EM QUE ESTUDAM</b>	<b>CRIANÇAS</b>	<b>PROFESSORAS E CUIDADORAS</b>
--------------	---------------------	-------------------------------	-----------------	---------------------------------

<b>BERÇÁRIO I</b>	4 meses a 1 ano	7h às 17h (integral)	05 meninas e 07 meninos	<b>02 professoras</b>
<b>BERÇÁRIO II</b>	1 ano a 1 e 11 meses	7h às 17h (integral)	12 meninas, 08 meninos, 01 com necessidades especiais	<b>03 professoras 01 cuidadora</b>
<b>MATERNAL I</b>	2 anos a 2 e 11 meses	7h às 17h (integral)	24 crianças 14 meninas, 09 meninos 01 com necessidades especiais	<b>02 professoras 01 cuidadora</b>
<b>MATERNAL II</b>	3 anos a 3 e 11 meses	7h às 17h (integral)	24 crianças/ 10 meninas, 14 Meninos	<b>02 professoras</b>
<b>PRÉ - ESCOLA I</b>	4 anos a 4 e 11 meses	7h às 11h (manhã)	23 crianças/ 14 meninas, 09 meninos, 01 com necessidades especiais	<b>01 professora 01 cuidadora</b>
<b>PRÉ - ESCOLA I</b>	4 anos a 4 e 11 meses	13h às 17h (tarde)	25 crianças/ 14 meninas, 11 Meninos	<b>01 professora</b>
<b>PRÉ-</b>	5 anos a 5	7h às 11h	18	

<b>ESCOLA II</b>	e 11 meses	(manhã)	crianças/ 10 meninas, 08 meninos	<b>01 professora</b>
<b>PRÉ- ESCOLA II</b>	5 anos a 5 e 11 meses	13h às 17h (tarde)	20 crianças/ 08 meninas, 12 meninos, 01 com necessida des especiais	<b>01 professora 01 cuidadora</b>
<b>TOTALDE TURMAS 8</b>			<b>TOTAL De crianças= 166</b>	<b>TOTAL= 13 PROFESSORAS E 04 CUIDADORAS</b>

Fonte: A autora, a partir dos dados disponíveis pela secretária.

Segundo informações da secretaria da instituição, todas as professoras possuem graduação em pedagogia em distintas universidades, entre públicas e particulares. A instituição possui uma estrutura física ampla e bem organizada, com um refeitório, que é utilizado para as refeições da pré-escola I e II, uma sala de vídeo/leitura, um dormitório, que possui camas e colchões, sendo o mesmo dividido para as salas dos maternais I e II, um banheiro coletivo que é utilizado pelos maternais para o banho, um almoxarifado, um banheiro para os funcionários, rampas de acesso na entrada e dentro da creche. Entre os berçários o (BI), inclui 01 banheiro e 01 cozinha que atende aos berçários I e II. O BI tem 22 berços com 22 colchões, uma cadeira do papai, 01 armário grande que serve para guardar objetos pessoais das crianças, do outro lado da sala tem um espelho grande na parede, televisão, ventiladores, almofadas, carrinhos de bebê e tapete emborrachado, a sala do BII é também contemplada por televisão, armário, mesas, cadeiras, há também um corredor que é todo cercado, com velocípedes e um parquinho que é utilizado pelos dois berçários. Já nas salas de recreação dos maternais I e II, as mesmas possuem cadeiras e mesas adaptadas à faixa etária das crianças, bem como banheiros, prateleiras e ventiladores. Possui uma guarita para o vigilante, duas lavanderias, duas dispensas, um pátio coberto, uma recepção, 01 campinho de areia, 01 área livre com árvores.

Quanto aos recursos de uso, cada sala de recreação possui alguns brinquedos, dentre esses brinquedos não foram vistos nenhum que representassem a cultura Africana ou o negro, algumas bonecas que a creche possuía era exclusivamente da cor branca, sendo assim, nenhum dos brinquedos eram representados positivamente para as crianças negras, já na sala de leitura/vídeo é composta por prateleiras com os mais variados livros, alguns desses livros eram de literaturas de cultura Africana e também sobre a representatividade negra, brinquedos pedagógicos que muitos ainda estavam embalados e também brinquedos que foram construídos pelas professoras e crianças, tapete emborrachado, almofadas, televisão e DVD, o uso da sala é feito através de um cronograma dividido por dia. Quanto à sala de recreação do Pré- I e do Pré II, há mesas e cadeiras que também são ajustadas à faixa etária, além de banheiros.

## 6 ANÁLISE DOS DADOS – RELATO DO PROJETO E ANÁLISE

A turma do maternal II, na qual foi desenvolvida a nossa intervenção era uma turma composta por 24 crianças, sendo 10 meninas, 14 meninos e duas professoras<sup>2</sup> regentes. Uma das professoras tinha o curso de nível Superior e a outra tinha o pedagógico, mas estava cursando o Superior pelo programa Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) pela Universidade Estadual da Paraíba.

Tendo por parâmetro as observações no estágio III e, também a temática proposta pela secretaria de educação do município de Campina Grande, foi desenvolvido o Projeto Pedagógico: Diversidade: Respeitando as Diferenças. Segundo destaca Barbosa, Horn, (2008, p. 35), “Os projetos abrem para a possibilidade de aprender os diferentes conhecimentos construídos na história da humanidade, de modo relacional e não-linear, propiciando às crianças aprendizagens através de múltiplas linguagens [...]”. Entendendo o papel fundamental que a educação tem de transformar realidades, formar/educar pessoas, através do estágio foi despertando o interesse em analisar a educação étnico-racial na Educação Infantil. Um tema de grande relevância para ser trabalhado, entretanto existe ainda certa resistência de se desenvolver trabalhos mais concretos de fortalecimento para combater o racismo e a discriminação. Se contrapondo ao racismo, ainda presente em nossa sociedade e vislumbrando mudar a cultura da discriminação racial que permeia a sociedade. As professoras da instituição implementam um Projeto anualmente sobre a cultura Afro-Brasileira e Africana, no qual toda a comunidade se envolve e participa dos trabalhos, as crianças, professoras e demais funcionários.

Esse projeto sempre acontece no mês de novembro, data escolhida para fortalecer o dia 20 de novembro, que comemora o “Dia Nacional da Consciência Negra”, utilizar essa data como exclusiva para o desenvolvimentos de práticas voltadas para a educação étnico-racial é se contrapor a BNCC (BRASIL, 2017), pois em seus Campos de experiências são contemplados situações, experiências e saberes que em um curto momento não será possível consolidar os objetivos de aprendizagens, deve ser ampliado no decorrer de todo o ano, ou a partir das situações que poderão surgir, transitando em todos os campos. O projeto já está na sua 8ª edição. Ademais, foi através das observações realizadas na instituição, no período do Estágio Supervisionado III, que encontramos algumas situações onde vimos a necessidade e nos propusemos a trabalhar a questão racial com as crianças, mesmo sabendo dos projetos que a creche já realizava. Isto porque a literatura acadêmica destaca a importância de um trabalho contínuo, junto às crianças, no que tange a educação para as relações étnico-raciais. Portanto, a sala de referência é o lugar onde acontecem situações, no dia a dia, que podem e devem ser utilizadas como pontes para a aprendizagem de atitudes cidadãos e democráticas.

Os bebês e as crianças pequenas necessitam ser estimuladas desde seus primeiros momentos na escola a se envolverem em atividades que conheçam, reconheçam e valorizem a importância dos diferentes grupos raciais na construção da história e da cultura brasileira, pois desde cedo, elas têm condições de aprender e conhecer diferentes realidades, compreendendo que a experiência social do mundo ultrapassa a nossa experiência local, sendo o mundo formado por uma variedade de civilizações, histórias, grupos sociais e raciais. (SILVA, DIAS, AMORIM, 2018, p.247)

Uma das situações ocorreu durante o estágio de observação, quando estávamos retornando do banho, logo após o recreio da manhã, chegando à sala de intervenção, cada criança foi se vestir, algumas ainda precisavam de auxílio, outras já se trocavam sozinhas. A

---

<sup>2</sup> Ao longo do texto estaremos usando o substantivo feminino professora, isto porque a maioria esmagadora de profissionais da educação, que atua na Educação Infantil é feminina e na turma em que realizamos o estágio não foi diferente.

professora colocou um potinho em cima da mesa com alguns pentes, e algumas meninas pediram para pentear os cabelos, como tinha crianças com cabelos grandes precisavam de ajuda para desembaraçá-los, nesse momento uma menina pegou um pente e foi para frente do espelho para pentear os cabelos, ela estava bem sorridente e feliz, mesmo sabendo que o cabelo dela não tinha sido lavado, continuava feliz. Depois disso a professora levantou e tomou o pente da mão da criança e disse que ela não precisava fazer aquilo porque não tinha como desembaraçá-lo, pegou o pente da mão da criança e foi pentear o cabelo longo de outra menina. Diante dessa situação a professora causou sofrimento à criança a expondo ao ridículo, contrariando as DCNs (2004), que descrevem as políticas de reparações, reconhecimento e valorização de ações afirmativas, onde explicitam que se deve ser sensível aos sofrimentos causados por anos de escravidão, não admitindo toda e qualquer forma de desqualificar ou discriminar pessoas, em virtude de suas características físicas. Essa criança, que sofreu uma agressão era negra e tinha o cabelo afro, Silva e Dias (2013, p.74) descrevem que “A violência simbólica é desenvolvida pelas instituições e pelos agentes que animam e sobre a qual se apóia o exercício da autoridade”. No momento desse claro episódio de discriminação racial a menina ficou parada, sem ação, ainda com a mão levantada foi baixando aos poucos e começou a chorar e nesse momento fomos acalmá-la. Nesse sentido, as autoras Silva, Dias e Amorim (2018, p. 245) afirmam que “A escola não consegue oportunizar às crianças negras que a compõem a chance de afirmar sua identidade, de ter orgulho de seu pertencimento racial”. Conversei um pouco e depois ela se acalmou. Confessamos que também ficamos sem reação, naquele instante procuramos apenas fazer com que ela se acalmasse. Entendendo que a criança estava em um lugar que deveria ter sido acolhida, protegida, garantindo uma construção de identidade positiva e valorizada, tal ato racista praticado pela própria professora é totalmente contrário aos documentos que norteiam a educação, pois, nas DCNs (2004) está explícito de que é necessária a quebra de processos pedagógicos que perpetuam e reforçam o racismo e o preconceito. O que, sobretudo, torna ainda mais pertinente destacar este ocorrido é o fato da instituição, anualmente desenvolver práticas educativas permanentes para a educação étnico-racial.

O cuidado com os desdobramentos deste tipo de ação educativa faz-se particularmente necessário no caso da educação antirracista, uma vez que estão envolvidos, entre sua formulação e execução, além do aspecto estritamente pedagógico do ensino, atitudes, sentimentos, valores, crenças e a própria exposição do posicionamento de professores e crianças frente aos problemas concretos surgidos a partir da discussão do tema racismo. (SILVA, DIAS, 2013, p. 84).

Notadamente, negar à criança o direito de se reconhecer e conhecer o outro com representatividades positivas é aliar-se a condutas discriminatórias que ainda fazem parte da sociedade. Diante deste episódio buscamos trazer para as crianças atividades que valorizassem as diferenças, desenvolvendo o projeto de intervenção: Diversidade: Respeitando as Diferenças. Elaboramos oito planos de intervenção (sequência didática) a partir do livro paradidático *A menina bonita do laço de fita* escrito por Ana Maria Machado (2000). Durante a realização das atividades utilizamos como suporte teórico a BNCC (BRASIL, 2017) explorando os direitos de aprendizagem, conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer e, também os campos de experiência, “O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação e Espaços, tempos, quantidades e transformações”.

No primeiro dia de intervenção para a nossa apresentação às crianças levamos a música “Normal é ser Diferente” de Jair Oliveira. Uma atividade lúdica desenvolvida com as crianças. Essa música foi deixada com as professoras, para que pudessem colocar diariamente para as crianças escutarem, com o intuito de que elas se apresentassem na culminância. Também

levamos um vídeo da Música “Normal é ser diferente”, nele foi mostrado pessoas com características diferentes dançando.

Com base nessas experiências, elas se expressam por várias linguagens criando suas próprias produções artísticas ou culturais exercitando a autoria (coletiva e individual) com sons, traços, gestos, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens, manipulação de diversos materiais e de recursos tecnológicos. (BNCC BRASIL, 2017, p. 41)

É necessário promover ações que possibilitem a participação das crianças como protagonistas das suas próprias aprendizagens. A leitura da história menina Bonita do Laço de Fita foi feita em roda de conversa, onde elas puderam se expressar e recontar a história apreciando as imagens do livro, que traziam aspectos diferentes como os coelhos de várias cores e também a menina bonita do laço de fita. Silva, Dias e Amorim (2018, p. 254) afirmam que “A escolha desses livros para a utilização com crianças de 0 a 3 anos oportuniza que a diversidade étnico-racial, chegue às creches apresentando aspectos culturais e estéticos”. Sendo assim um grande aliado para as práticas pedagógicas. Depois de contar a história, a criança citada acima, chegou perto de mim e me mostrou o laço dela que estava na cabeça fazendo referência à história que havia sido contada. Trazer essa história para as crianças fez com que elas se sentissem envolvidas, representadas e importantes. Esse momento de interação com as crianças além de permitir o fortalecimento das relações entre adultos e crianças, foi construído laços fraternais que transcenderam as expectativas. Dentre os acontecimentos o mais importante que pudemos perceber foi à descoberta das crianças sobre as diferentes características que cada uma possui como cor da pele, cabelo, cor dos olhos.

**Figura 1 - Leitura do livro**



Fonte: arquivo pessoal

Logo após esse momento, fizemos uma roda de conversa e perguntamos as crianças se lembravam da aula passada, perguntamos o nome da história que foi lida, cada uma contou um pouco da história, lembraram também os personagens, falamos sobre as diferenças, demonstramos essas diferenças com exemplos dos colegas de sala, um com cabelo liso, o outro com cabelo cacheado, a partir dessa ação, eles mesmos davam exemplos, alguns levantaram e tocaram no cabelo do amigo, esse momento foi de muita interação e descobertas. Levamos uma dobradura de coelho retratando o coelho da história da sequência didática e pedimos para que pintassem o coelho, desenhassem os olhos, o bigode, os dentes e o nariz. Cada criança que terminava colava em um painel que foi colocado no chão, desenvolvendo a autonomia de escolha das cores, de coordenação motora fina.

Seis direitos de aprendizagem que assegurem, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural. BNCC, (BRASIL, 2017. p. 37).

No momento do banho todas as crianças lavaram os cabelos. Aproveitar esse momento do banho para trabalhar com as crianças as questões identitárias, a valorização do ser diferente é muito importante na construção de uma identidade positiva como afirma Silva, Dias e Amorim (2018, p. 255) “O acolhimento à criança está imbricado no respeito à sua cultura, à corporeidade e à estética”. Ao retornar para a sala de referência cada criança tem a autonomia de pegar a sua bolsa que fica com seus pertences e trocar de roupa. Os coloquei em frente ao espelho, onde ao mesmo tempo em que se penteavam, interagiam com os colegas, percebendo as diferenças de cada cabelo. Buscamos nessa ocasião demonstrar as características de cada um/uma fazendo com que eles compreendessem que cada um tem seu jeitinho. Ao mesmo tempo em que eles observavam as diferenças em frente ao espelho eles se comunicavam, contando do jeitinho deles o que era diferente e também o que era igual. Nessa atividade de higiene corporal de cuidados com o corpo trabalhamos o Campo de Experiência: “Corpo, gestos e movimentos” com o objetivo de aprendizagem<sup>3</sup> (EI02CG004) da BNCC (BRASIL, 2017) Demonstrar progressiva independência do cuidado com o seu corpo e o Campo de Experiência: “O eu, o outro e o nós” com os objetivos de aprendizagens: (EI02EO01) demonstrar atitudes de cuidado e solidariedade na interação com crianças e adultos, (EI02EO04) Comunicar-se com os colegas e os adultos, buscando compreendê-los e fazendo-se compreender e (EI02EO05) Perceber que as crianças têm características físicas diferentes, respeitando essas diferenças.

Nas escolas as crianças interagem umas com as outras, que são diferentes delas ou de seu grupo de referência em função, entre outros aspectos, da cor, da sexualidade, da nacionalidade, do corpo, da classe socioeconômica. As dinâmicas que ocorrem entre grupos constituem-se fenômenos não redutíveis à soma dos indivíduos que o compõem. E essa interação com o diferente, quando é problematizada, pode resultar em relações interpessoais pautadas por solidariedade, respeito e tolerância. (SILVA, DIAS, AMORIM, 2013, p. 83).

No terceiro dia de estágio sentamos na roda de conversa e questionamos se elas conheciam a fruta jabuticaba da história da “menina bonita do laço de fita”, nesse momento algumas se lembraram do nome da fruta e descreveram como ela era, perguntei também se eles se lembravam da história: paramos para escutá-los. De acordo com Silva, Dias e Amorim (2018, p. 253) “A partir do momento em que os bebês e as crianças ingressam nas creches estão sendo apresentados ao conhecimento de mundo, logo, deve ser permeado por práticas que considerem o seu desenvolvimento integral”. Contemplado assim, o Campo de Experiência: Escuta, fala e imaginação, com o objetivo de aprendizagem (EI02EF04): criar e contar histórias oralmente, com base em imagens e temas sugeridos. Depois entregamos pedacinhos de papel crepom preto que representará as jabuticabas da história, trabalhando o Campo de Experiência: Corpo, gestos e movimentos, desenvolvendo o objetivo de aprendizagem: (EI02CG05) desenvolver progressivamente as habilidades manuais, adquirindo controle para desenhar, pintar, rasgar, folhear, entre outros. As crianças rasgaram o papel e, conforme faziam as bolinhas colocavam na jabuticabeira, nessa hora intervimos junto a elas demonstrando como deveriam fazer. O Campo de Experiência: O eu, o outro e nós foi contemplado o objetivo de

---

<sup>3</sup>Estaremos utilizando os códigos alfanuméricos, para identificar os objetivos de aprendizagens que foram trabalhados, conforme o texto da BNCC (BRASIL, 2017)

aprendizagem: (EI02EO04) comunicar-se com os colegas e os adultos buscando compreendê-los e fazendo-se compreender.

O respeito ao tempo de cada criança é imprescindível, cada uma tem o seu próprio ritmo, portanto não podemos rotular a criança sobre qualquer aspecto. Depois que terminamos colocamos o painel no chão e também enfeitamos a jabuticabeira do nosso painel, conforme alguns terminavam e, com a ajuda das professoras, as crianças tomavam água e eram liberadas para o recreio.

**Figura 2** - Montagem do painel



Fonte: arquivo pessoal

**Figura 3** - Dinâmica do espelho



Fonte: arquivo pessoal

No quarto dia de estágio fomos desenvolver a dinâmica do espelho, apresentamos uma caixa que dentro dela tinha algo muito especial, perguntamos se poderiam adivinhar o que tinha dentro, cada uma disse algo, (boneca, urso, leão...) falamos que iria mostrar a cada uma, mas que tinham que guardar segredo. Chamar uma por vez: olhavam e começavam a rir, sempre pedindo para que guardassem segredo, depois que mostramos a cada uma revelamos o que havia dentro da caixa, e todas já estavam dizendo “um espelho”, indagamos: e o que vocês viram no espelho? Falaram que tinham se visto. Ressaltamos nesse momento que cada pessoa é diferente e ninguém é igual, cada um tem seu jeitinho, sua cor de pele, seu nariz, cabelos, olhos, etc. Um dos objetivos trabalhados nesse momento foi: (EI02EO05) perceber que as pessoas têm características físicas diferentes respeitando essas diferenças. As crianças foram logo concordando e dando exemplo sobre os colegas de classe dizendo: professora a senhora é diferente da outra tia. As percepções de que haviam compreendido o que estava proposto na atividade foi percebido, sobretudo porque desenvolveram a atividade com entusiasmo.

Para a população negra, a escolarização tem se estabelecido como um veículo de exclusão, quer seja pelo acesso que historicamente tem sido negado; quer porque atravessado por práticas de uma hegemonia racista, na qual os negros e negras têm o ensino de pior qualidade. (SILVA, DIAS, 2013, p. 76)

Outro objetivo de aprendizagem contemplado foi o (EI02EO02) Demonstrar imagem positiva de si e confiança em sua capacidade para enfrentar dificuldades e desafios. Entregamos a elas uma folha de papel ofício e pedimos para que desenhassem um colega de sala. Diante das atividades que já tinham sido propostas para as crianças e obtendo uma avaliação positiva dos dias anteriores, optamos por desenvolver essa atividade na tentativa de demonstrar o reconhecimento positivo do outro, uma vez que na leitura do livro eles reconheceram as semelhanças e diferenças entre eles, dessa forma foi realizado, nesse momento foi trabalhada a linguagem gráfica, a autonomia e a percepção visual. Finalizada a aula, a avaliação aconteceu por meio da observação, interação e participação das crianças, individual e coletivamente, através das expressões usadas e das opiniões que foram expostas por elas. Os objetivos foram atingidos, pois a partir das atividades ampliaram o vocabulário, puderam identificar as suas características e as diferenças e semelhanças entre os pares fazendo referência à identidade da criança na pluralidade.

No quinto dia de estágio, depois do lanche, fomos ensaiar a música (normal é ser diferente), em pouco tempo elas já sabiam cantar o refrão da música, dançavam e faziam gestos com o corpo, de acordo com o que a letra da música pedia, também cantamos a música de não atire o pau no gato, trabalhando as diferentes linguagens do corpo, através das expressões. Uma das professoras pediu para que as crianças parassem as brincadeiras, pois estavam atrapalhando, ressaltamos para elas que não tinha problema, pois é brincando que se aprende, sendo garantido um direito de aprendizagem como é colocada na BNCC (BRASIL, 2017) por meio das diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, elas se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem. Depois entregamos uma folha com um desenho de um laço que iríamos utilizar na construção de um cartaz, deixamos os lápis de pintar à disposição das crianças para que assim tivessem autonomia da escolha da cor, depois apresentaram a pintura que tinham feito cada uma do seu jeito. Conforme terminavam entregávamos uma folha em branco para que desenhassem de forma livre.

**Figura 4 - Comemoração dia das crianças**



Fonte: arquivo pessoal

No sétimo dia de estágio teve início com uma leitura de deleite, que é uma leitura prazerosa, na roda de conversa com a história (Pinóquio). Logo após, fomos cantar algumas

músicas que as crianças pediram (seu lobato, do ônibus, da galinha pintadinha...) e depois ensaiamos a música da culminância, (normal é ser diferente). Começamos a relembrar sobre a história da menina bonita do laço de fita, onde foi contemplado o **Campo de Experiência:** escuta, fala, pensamento e imaginação, através da **habilidade (EI02EF05)**, relatar experiência e fatos acontecidos histórias ouvidas, filmes ou peças teatrais assistidos etc. Levamos em uma cartolina o desenho do rosto de uma menina, que foi colado na parede, para representar a “menina bonita do laço de fita”, orientamos para formarem duplas, para pincelar as mãos e pintar o cartaz. As crianças tinham autonomia tanto de escolher a cor quanto a de fazer a pintura no cartaz, a pintura era para representar os cabelos da menina, levamos várias cores para demonstrar a diversidade das cores, depois às crianças colaram o laço que haviam pintado na aula anterior na cartolina, com essa atividade, foi desenvolvida o Campo de experiência: Corpo, gesto e movimento, com o objetivo de aprendizagem (EI02CG05) desenvolver progressivamente as habilidades manuais, adquirindo controle para desenhar, pintar, rasgar, folhear, entre outros. Ao término dessa atividade, percebemos que as crianças, conseguiram participar da aula e da proposta que foi trazida, adquiriram autonomia na escolha das cores para a construção do cartaz, a identidade foi trabalhada na construção do cabelo da menina bonita do laço de fita, onde buscamos demonstrar através dos exemplos que tínhamos na sala de que existem vários cabelos diferentes: lisos, cacheados, pretos, loiros. Poderia ter sido diferente se ao invés de ter levado só a tinta, poderia ter levado outros materiais para uma construção mais rica.

No último dia de estágio foi realizada a nossa culminância, que teve a participação das outras estagiárias. Depois de tudo arrumado, as crianças foram para o pátio com as professoras, a gestora e a supervisora da creche. Iniciamos a nossa culminância fazendo uma breve fala sobre o estágio, sua importância e agradecendo sobre a colaboração de todos da instituição, pela receptividade a qual fomos recebidas. Passado a fala, demos início às apresentações das crianças começando pelo berçário I, onde os bebês dançaram ao som do chocalho com muita alegria, depois foi à vez da turma do pré- II, as crianças fizeram a contação da história com o avental da (menina bonita do laço de fita), uma apresentação dinâmica que teve a participação de vários alunos da turma, a partir da narrativa, os colegas que estavam com os personagens iam colando no avental, o Campo de experiência: Escuta, fala, pensamento e imaginação, foi contemplado nessa atividade, pois as crianças ouviam a história e imaginavam e pensavam bem concentradas no que estava fazendo, momento muito rico para a aprendizagem, por último foi a nossa apresentação, que aconteceu através da música (Ser diferente é normal) de Jair Oliveira, música que fala das diferenças, que existe gente de toda crença e de toda raça, gente alta, baixa gorda e magra.

**Figura 5 - Culminância**



Fonte: arquivo pessoal

Na culminância as crianças puderam demonstrar um pouco do que aprenderam. Depois a gestora falou um pouco da importância do estágio, e nos agradeceu pela colaboração e doações dos brinquedos para a creche. Depois disso as crianças foram para as salas para lanche e nós fomos entregar as sacolinhas para cada uma. Com isso, conseguimos criar um vínculo com a creche e com as crianças, deixando uma aprendizagem com eles, onde de fato esperamos que fosse cultivado por outras professoras que passaram pela vida das crianças. Diante dessa atividade a questão étnico-racial foi trabalhada a partir da música, cuja letra fala que ser diferente é normal, fazer com que as crianças compreendessem que somos importantes na sociedade cada uma com seu jeito, dando significados aos grupos, a diversidade, as relações com o outro e a valorização das diferenças.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Concluimos que as crianças, como sujeitos produtores e produto da cultura são capazes de reproduzir culturas, valores e atitudes. Enquanto cidadãs ativas e pensantes, desde que sejam educadas/ensinadas, podem reformular pensamentos, valores, atitudes e ações no meio social, através das interações com seus pares e adultos com os quais convivem. Neste sentido, a mudança de atitude, com relação ao racismo e, demais preconceitos vigentes na sociedade pode acontecer a partir de propostas e práticas curriculares nas instituições de Educação Infantil, que tem um papel fundamental na perspectiva da educação inclusiva.

Partindo desse pensamento as professoras das creches e pré-escolas, têm um papel fundamental. Portanto, para que isso ocorra é necessário compreender como é importante que as questões étnico-raciais estejam incluídas no currículo, pois é com as práticas e discussões nas rodas de conversa, através de projetos, vivências/experiências na Educação Infantil que a criança vai se encontrando dentro dessas relações e desconstruindo preconceitos. Por outro lado, a instituição deve criar condições para que a construção da identidade da criança seja um processo de reconhecimento e valorização de si e do outro, fazendo com que desenvolvam uma auto estima positiva, que afirme e assuma suas identidades, sem sofrer nenhuma forma de preconceito ou injúria racial ou de outra ordem, visando assim seu desenvolvimento integral.

Os estágios supervisionados na Educação Infantil tiveram uma importância muito significativa na construção desse trabalho. Desenvolvemos o Projeto Diversidade: Respeitando as Diferenças, através do qual, planejamos diariamente práticas pedagógicas que valorizam as diferenças das crianças, instiga a compreensão das relações individuais e coletivas, aprendendo que o normal é ser diferente, com músicas, brincadeiras e situações advindas das próprias interações. Neste sentido, as crianças foram incentivadas a construir relações de respeito com o outro.

Por vezes, assumimos posturas que fortalecem o preconceito racial, mesmo que às vezes não sejam intencionais, nas quais replicamos discursos racistas, muito presentes ainda na sociedade. Porém, entendemos que as professoras que atuam na Educação Infantil têm um papel fundamental para desconstruir preconceitos que ainda permeiam as nossas ações nas instituições de Educação Infantil e escolas em geral, pois muitos desdobramentos que acontecem em sala de aula podem não receber a atenção que merecem. Pensando nessas ações buscamos realizar atividades lúdicas que ampliassem a imaginação das crianças, permitindo que as crianças se expressassem espontaneamente, falassem, sentissem e vivessem todas as atividades propostas dentro dessa temática.

Na proporção em que o projeto acontecia às interações entre todos os envolvidos se fortalecia, construindo-se vínculos afetivos entre as crianças, professoras e estagiárias. Oferecer uma educação igualitária em que o acolhimento da criança faça parte da prática é entender na sala de intervenção existirá, sobretudo se for pública, as desigualdades sociais, de

raça, gênero e etnia, pois essas contradições fazem parte da sociedade brasileira, desde sua origem. Em linhas gerais, é importante garantir, desde a Educação Infantil, propostas pedagógicas que busquem desvelar e combater as práticas racistas, através de propostas pedagógicas centradas nas crianças, nas suas vozes e culturas. Por fim, nossa expectativa é que tenhamos plantado mais uma semente, no que tange a educação para a igualdade racial, pois, diante de um país multicultural, as instituições de Educação Infantil e escolares devem promover, através do currículo, situações de enriquecimento pessoal, social e cultural junto às crianças.

No início da intervenção não tínhamos a dimensão do vasto material que existe para se desenvolver situações de aprendizagens voltadas para a educação étnico-racial. No decorrer dos estágios e mesmo finalizado, as reflexões não foram somente das profissionais de Educação que ali participaram, mas também para as crianças que em atitudes e comportamentos demonstraram que aceitaram e compreenderam as propostas que foram levadas para o ambiente escolar.

A construção do projeto de intervenção e o contato com as crianças da Educação Infantil foi uma experiência que nos permitiu uma aprendizagem que abrangeu além do crescimento pessoal, reflexões sobre a Educação Étnico-Racial, uma temática que tem tanta relevância e que pode ser usada com um leque de ideias e ações, mas que por vezes não são dadas a devidas importâncias, ou por vezes só são lembradas em datas comemorativas. Também nos despertou o cuidado nas rotinas e nas nossas próprias atitudes enquanto professoras de Educação Infantil e enquanto cidadãs, que por vezes reproduzimos preconceitos, mesmo desenvolvendo atividades sobre a educação étnico-racial, o que nos incita a compreender que não basta levar proposta, mas estar em constante reflexão.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana. A sociologia da infância no Brasil: uma área em construção. **Educação**, Santa Maria, v. 35, n. 1. p. 39-52. Jan./abr. 2010.

BARBOSA, Maria Carmen S.; HORN, Maria da Graça Souza. **Projetos pedagógicos na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. DF: Senado, 1988.

Disponível em:

[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf).

Acesso em: 14 de abril. 2021.

BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial/MEC, 2004.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Senado Federal 1996.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 14 abril. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares\\_2012.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf). Acesso em: 14 abril. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular** – Brasília: MEC, SEB, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 14 abril. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretária de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares\\_2012.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf). Acesso em: 14 abril. 2021.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de; FINCO, Daniela (Orgs.). **Sociologia da infância no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. p. 37-54.

FRAGELLI, Patrícia Maria; CARDOSO, Luciana Cristina. Propostas curriculares para a Educação Infantil. In: **Currículo(s) e educação infantil: retrospectiva e perspectivas de trabalho**. São Carlos: EDUFSCAR, 2011.

LIMA, Maria Batista. Identidade étnico-raciais, infância afro-brasileira e práticas escolares. In: ROCHA, Eloisa A. C. e KRAMER, Sônia (orgs.) **Educação Infantil: Enfoques em diálogos**. Campinas, SP: Papyrus, 2011, p. 139-156

MACÊDO, Lenilda Cordeiro; DIAS, Adelaide Alves. **A educação da primeira infância no Brasil entre os séculos XIX e XX**. In: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisa “História, Sociedade e Educação No Brasil”, 31- 03, 2012. João Pessoa. Anais. p. 3268-3284. 2012.

MACÊDO, Lenilda Cordeiro. **A infância resiste à pré-escola?** Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 2014, 237f.

MACHADO, Ana Maria. **Menina Bonita do laço de fita**. Rio de Janeiro: Ática, 2000.

ROGERI, Raquia Rabelo; FREITAS, Fatima A.; SOUSA, Daniela, R. **Formação de professores da educação infantil e relações étnico-raciais: Construindo Caminhos**. Siqueira, Romilson Martins e Sousa, Sônia Margarida Gomes (orgs.). Goiânia. Ed. Vieira, 2019.

SILVA, Cristiane Irinéa. Acesso de crianças negras à educação infantil. In: Rocha, Eloisa A.C. e KRAMER, Sônia (orgs.). **Educação Infantil: Enfoques em diálogos**. Campinas, SP: Papyrus, 2011, p. 121-138.

SILVA, Tássia Regina; DIAS, Adelaide Alves; AMORIM, Ana Luisa. O currículo para a primeira infância e identidade racial da criança e negra. **Nuances**, v. 29, p. 243-260, 2018.

SILVA, Tássia Regina e DIAS, Adelaide Alves. O racismo sob forma de violência silenciosa e as contribuições da Pedagogia Institucional no seu enfrentamento. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.21, n.1, p.72-92, jan./jun.2013. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/download/3232/2912>. Acesso em: 17 de março 2021.

SOUZA, Yvone Costa. **As Questões étnico-raciais na formação continuada em creche: Encontros e Desencontros em Debate**. 1. Monteiro, Luiza Pereira e ROURE, Glacy Queiros de (orgs.). Goiânia. Ed. Vieira, 2019.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: Uma introdução metodológica. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, set./dez. 2005, p. 443-466. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a09v31n3.pdf>. Acesso em: 17 março 2021.